

**RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO
DO SUS: BASE PARA DISCUTIR OPRESSÕES E DESAFIOS NA SAÚDE**

REPORT OF EXPERIENCE ABOUT TRANSEXUALITY IN THE CONTEXT OF THE SUS: BASIS
FOR DISCUSSING OPPRESSIONS AND CHALLENGES IN HEALTH

INFORME DE EXPERIÊNCIA EM TRANSEXUALIDAD EM EL CONTEXTO DEL SUS: BASE
PARA DISCUTIR OPRESIONES Y DESAFIOS EM SALUD

Rosilene das Neves Pereira ¹
Luciano dos Santos ²
Maria Inês Pardo Calazans ³
Claudia Brito de Oliveira Lima ⁴
Jeniffer Souza Silva ⁵
Ana Cristina Santos Duarte ⁶

Manuscrito recebido em: 02 de junho de 2021.

Aprovado em: 06 de setembro de 2021.

Publicado em: 28 de outubro de 2021.

¹ Mestra em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7681-8381>

Contato: rose.pereira1987@hotmail.com

² Doutorando e mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de pós-graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6798-820X>

Contato: sanarte@yahoo.com.br

³ Doutoranda e Mestra em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0483-5596>

Contato: inezcalazans@gmail.com

⁴ Mestra em Ciências da Saúde pelo Programa de pós-graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Psicóloga no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental: loucos por cidadania.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3431-0360>

Contato: claudiabrito.lima@hotmail.com

⁵ Mestra em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4352-6160>

Contato: jeniffermusica@hotmail.com

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, com Pós-Doutorado em Didáctica de las Ciencias Experimentales pela Universidad Nacional del Litoral. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores e no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação em Ciências, Saúde e Diversidade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3537-9095>

Contato: tinaduarte2@gmail.com

Resumo

Trata-se de um relato de experiência que tem por objetivo descrever a vivência de acadêmicos do curso de pós-graduação em Enfermagem e Saúde, nível mestrado, durante a realização de uma oficina sobre Transexualidade no Contexto do SUS desenvolvida no evento denominado Semana de Enfermagem de Jequié no ano de 2017. Para desenvolvimento da oficina, utilizou-se recursos audiovisuais e lúdicos contextualizando a discussão acerca da política para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais contemplando a terapêutica processo transexualizador do SUS e o direito ao uso do nome social. Os resultados foram apresentados em três categorias sendo estas: Conhecimentos Sobre a Temática, Conhecimentos Pertinentes sobre o Uso do Nome Social e Desafios dos profissionais de Saúde e das Pessoas transexuais versus opressões e adoecimento. Esta experiência foi pertinente para ampliar a discussão acerca da transexualidade como elemento reforçador de opressão não apenas no contexto do SUS e no exercício da profissão de Enfermagem mais também nos demais cursos da saúde de um modo geral devido à lacuna existente na formação desses atores.

Palavras-chave: Enfermagem; Interseccionalidade; Sistema Único de Saúde; Transexualidade.

Abstract

This is an experience report that aims to describe the experience of undergraduate students in Nursing and Health, master's level, during the realization of a workshop on Transsexuality in the Context of SUS developed in the event called Nursing Week of Jequié in the year 2017. For the development of the workshop, audiovisual and entertainment resources were used to contextualize the discussion about the policy for Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexuals contemplating the therapeutic transsexualization process of SUS and the right to use the social name. The results were presented in three categories: Knowledge about the topic, Relevant knowledge about the use of the Social Name and Challenges of health professionals and transsexual people versus oppression and illness. This experience was relevant to broadening the discussion on Transsexuality as a reinforcing element of oppression about the subject not only in Nursing but in health courses in general due to the gap in the training of these actors.

Keywords: Nursing; Intersectionality; Health Unic System; Transsexuality.

Resumen

Se trata de un relato de experiencia que tiene por objetivo describir la vivencia de académicos del curso de postgrado en Enfermería y Salud, nivel de maestría, durante la realización de un taller sobre Transexualidad en el Contexto del SUS desarrollada en el evento denominado Semana de Enfermería de Jequié en el año 2017. Para desarrollo del taller, se utilizaron recursos audiovisuales y lúdicos contextualizando la discusión acerca de la política para Lesbianas, Gays, Bissexuales, Travestis y Transexuales contemplando la terapéutica proceso transexualizador del SUS y el derecho al uso del nombre social. Los resultados fueron presentados en tres categorías siendo éstas: Conocimientos Sobre la Temática, Conocimientos Pertinentes sobre el Uso del Nombre Social y Desafíos de los profesionales de Salud y de las Personas transexuales versus opresión y enfermedad. Esta experiencia fue pertinente para ampliar la discusión sobre la transexualidad como elemento reforzador de lá opresión no sólo en la enfermería más en los cursos de la salud de un modo general debido a la brecha existente en la formación de esos actores.

Palabras clave: Enfermería; Interseccionalidad; Sistema único de Salud; Transexualidad.

Introdução

No intuito de contemplar os diversos grupos sociais, o Ministério da Saúde publicou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua 198ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de junho de 2009, com vistas a difundir os direitos e deveres dos cidadãos, estabelecidos na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2008).

Sendo assim, a partir da necessidade de garantia dos direitos e acessos a saúde dos cidadãos e das cidadãs LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em condição de vulnerabilidade, foi criado no SUS a Política Nacional de Saúde LGBT, iniciativa que busca a redução das desigualdades bem como a construção de mais equidade no SUS (BRASIL, 2008).

O Ministério da Saúde reconhece que a população LGBT converte-se em vítimas de discriminação, sendo constantemente estigmatizadas e excluídas socialmente, com seus direitos humanos à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade, violados (BRASIL, 2008). Assim, pode-se afirmar que esse grupo sofre camadas de opressões que se interpõem e inter cruzam reforçando os processos de exclusões que fere direitos garantidos constitucionalmente.

Desse modo, partindo do entendimento que a discriminação e os preconceitos à população LGBT são determinantes sociais da saúde também presentes nos serviços e reconhecendo que isso por sua vez torna-se um elemento que potencializa o afastamento deste público das instituições de saúde, assim, fazendo com que estes não procurem atendimento médico adequado e evitem um diálogo espontâneo acerca da sexualidade e suas demandas pessoais com os profissionais de saúde, é que emergiram os seguintes questionamentos: Como gerar ambientes potencializadores do acolhimento às coletividades, para que estes tenham acesso igualitário e justo à saúde? Como desenvolver saberes e práticas em saúde inclusiva e respeitosa? Futuros profissionais de saúde estarão preparados para um atendimento mais acolhedor livre de discriminação e opressões?

A partir dessas indagações e considerando a lacuna presente na literatura acerca do assunto é que surgiu a demanda e o interesse em ministrar para acadêmicos de enfermagem uma oficina com a temática Transexualidade no contexto do SUS. Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo é descrever a experiência vivenciada durante a realização de uma oficina sobre transexualidade no contexto do SUS para estudantes e profissionais da enfermagem ou não.

Método

Trata-se de um relato de experiência (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021), tipo de estudo qualitativo (MUSSI et al, 2019), originário de observações e anotações em diário de bordo acerca de uma oficina de Saúde que foi realizada como forma de avaliação da disciplina Processo Ensino-Aprendizagem em Saúde, no curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Jequié-Ba. O estudo apresenta seus resultados baseando apenas em observações, desse modo, não sendo necessário submissão ao Conselho de Pesquisa com Seres Humano, destarte esse respeita todos os aspectos éticos por não revelar depoimento algum de participante.

Foi escolhido o tema para a oficina a “Transexualidade no contexto do SUS”, por ser este de grande relevância, pouco presente na literatura e por ser indispensável à discussão entre profissionais e futuros profissionais de saúde. A referida atividade ocorreu no dia 16 de maio de 2017 como sendo parte da programação de um evento tradicional e local denominado Semana de Enfermagem de Jequié perfazendo uma carga horária de 4 horas.

Participaram da oficina 21 pessoas, sendo doze discentes de graduação em enfermagem e outros cursos de saúde oferecidos na referida instituição, uma docente do curso de enfermagem, três convidados especiais, sendo uma profissional de enfermagem, um docente biólogo pesquisador do assunto e uma mulher transexual e também os cinco facilitadores da oficina, sendo estes alunos do mestrado.

Inicialmente foi desenvolvida uma dinâmica de integração entre participantes, convidados e facilitadores da atividade, momento este conduzido por uma das discentes mestrandas responsável pela realização da oficina. Em seguida utilizou-se um vídeo de curta metragem (QUAL É MEU GÊNERO? | Louie Ponto | Especial Dia da Mulher. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=LV7l13SZcw8>) com o objetivo de sensibilizar o público-alvo e fazer uma contextualização com conteúdo introdutório que referia ao Processo de Construção da Sexualidade e explanação dos significados de Termos Relacionados com o Tema em questão.

Posteriormente, deu-se continuidade com os depoimentos dos convidados e convidadas que instigaram discussões entre todos os envolvidos. Após este momento, foi entregue um questionário a cada participante, no intuito de avaliar o conhecimento prévio destes, sobre os conteúdos que seriam explanados na sequência, a saber: Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; Processo Transexualizador e o Uso do Nome Social pelos transexuais e travestis.

Dessa forma, o questionário de avaliação dos conhecimentos prévios contemplou questões como: Você conhece a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; Já ouviu falar sobre o Processo Transexualizador no SUS? Conhece o direito ao Uso do Nome Social por transexuais e travestis? O Conselho Regional de Enfermagem permite o uso do nome social pelos profissionais de enfermagem no ambiente de trabalho? Você teria dificuldade para prestar cuidado de saúde à um (a) transexual durante a sua consulta enquanto profissional?

Com essas indagações deu-se prosseguimento à oficina, elucidando os tópicos supracitados por meio da exposição dialogada utilizando slides e vídeos que contemplavam o assunto, ampliando assim as discussões. Concluiu-se o momento, com a realização da avaliação final, através de um novo questionário composto pelas seguintes perguntas: Se você fosse nos avaliar, de 01 a 10, que nota nos daria? A oficina contemplou as suas expectativas? O que consideraram mais importante na oficina? Qual o melhor momento na sua concepção? O questionário avaliou ainda, se os esclarecimentos proporcionados pela oficina contribuirão para prática assistencial e vida profissional dos participantes na concepção dos mesmos.

Resultados

Através dos momentos proporcionados na oficina e considerando os feedbacks dos participantes, verificou-se que houve superação das expectativas através de uma avaliação positiva por parte dos envolvidos que sinalizaram o conhecimento obtido como sendo pertinente para vida profissional.

Desse modo, verificou ainda que a partir do conteúdo abordado, existem algumas limitações quanto ao conhecimento do público acerca do assunto, que aqui destacados como sendo aspectos negativos e aspectos positivos delineados em três categorias que foram: Conhecimentos insuficientes sobre a temática, Conhecimentos pertinentes sobre o uso do nome social e Desafios dos profissionais de Saúde e das Pessoas transexuais.

A primeira categoria - Conhecimentos sobre a Política - baseou-se na constatação de que a maioria do público discente não conhecia a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT e quase a metade nunca ouviu falar sobre o Processo Transsexualizador do SUS bem como demonstrou incertezas sobre se estariam preparados para prestar assistência à uma pessoa transexual durante uma consulta de enfermagem, por exemplo.

O estudo evidenciou existência de lacuna na formação dos acadêmicos que vai desde o desconhecimento sobre a existência de uma política que ao longo do tempo vem sendo abordada no contexto do SUS até a existência de um conhecimento considerado médio sobre a questão do processo transsexualizador.

A segunda categoria - conhecimentos pertinentes sobre o uso do nome social- foi ponderada a partir da realidade observada no que tange ao conhecimento acerca do direito ao uso do nome social para pessoas travestis e transexuais bem como o conhecimento acerca da permissão do Conselho Regional de Enfermagem quanto ao uso deste pelos profissionais nos serviços de saúde.

Sobre a terceira categoria - Desafios dos profissionais de Saúde e das Pessoas transexuais Versus Opressões e adoecimento - esta surge a partir do espaço de escuta dos profissionais de saúde e de pessoas transexuais-.

Discussão

- Conhecimentos sobre a Política

O conhecimento dos participantes sobre a Política da população LGBT e o Processo Transexualizador no SUS, foi considerado ruim e mediano respectivamente, pois, esse tema tem sido assunto de grande debate e que envolve os diversos atores do SUS, desse modo, não sendo satisfatório que apenas alguns dos participantes da oficina tenham apenas ouvido falar do assunto, como foi verificado.

A realidade observada no estudo reforça o modelo da sociedade tradicional que faz uma leitura normativa entre homens e mulheres com comportamento heterossexual, ou seja, é o meio binário de enquadramento das pessoas, que encontra fundamento na naturalização e universalização que impõe este padrão. Assim, o gênero das pessoas é resultado da construção cultural da sociedade, não podendo haver uma divisão simplista em comportamento heterossexual em que todos devem se enquadrar entre homens e mulheres (RAMOS, 2014).

O Processo Transexualizador caracteriza-se por um conjunto de estratégias de atenção à saúde, implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais de indivíduos que desejam modificar seu corpo em determinado momento de suas vidas, justamente por não se identificarem com o sexo que nascera (BRASIL, 2008; LIONÇO, 2009).

Vale destacar que o processo terapêutico abarca a garantia de um atendimento, que vai desde consultas com o psicólogo e endocrinologista até a cirurgia de redesignação sexual. Porém, esse direito é garantido para uma pequena parcela da população devido à morosidade do processo que envolve várias questões como: poucos cirurgiões especialistas na área de transgenitalização no Brasil; poucos hospitais que disponibilizam o procedimento (sendo um localizado em cada cidade: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Porto Alegre); entre outras questões (BRASIL, 2017).

Aponta-se outros fatores que também são vistos como grandes obstáculos para realização do processo transexualizador, sendo estes: a falta de regulamentação jurídica para a mudança de documentação, a fila de espera no SUS, o protocolo pré-operatório de dois anos e o custo das cirurgias nas clínicas particulares (SAMPAIO; COELHO, 2012).

Verifica-se que mesmo as cirurgias de transgenitalização sendo legitimadas no Brasil, antes de passar pelo tratamento hormonal e pela realização do procedimento cirúrgico, faz-se necessário que a pessoa interessada passe por uma série de critérios, que inclui diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero emitido geralmente por um especialista (BENTO, 2014), avaliação de equipe multidisciplinar e acompanhamento psiquiátrico, por no mínimo dois anos considerando o diagnóstico médico de transgenitalismo, a idade maior que 21 anos e ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010).

Informações como essas, por sua vez passam por despercebido por muitos profissionais da saúde e por acadêmicos dos cursos de saúde durante a graduação. Desse modo, quando chegam ao serviço e deparam com essa demanda, não sabem como conduzir já que na academia nunca se ouviu falar nem mesmo sobre o processo transexualizador. Nessa perspectiva, constata-se que aqueles que demonstram conhecimento sobre o assunto, muitas vezes não os adquiriu na academia, foi devido buscas motivadas por interesses particulares, como foi percebido na oficina.

Desse modo, fica explícito que essa lacuna é também reflexo de um currículo que pouco abarca as questões de gênero e sexualidade durante a graduação. Isso pode ser compreendido através de autores que pontuam que a educação sexual não é tratada em uma disciplina obrigatório e ainda que fosse oferecida como sendo obrigatória acedida em componentes como ciências e biologia, se tornaria escassa pela restrição que estas disciplinas possuem acerca da temática (REDEL, 2013).

Nesse sentido a inclusão do componente gênero e saúde como optativo na matriz curricular de alguns cursos de saúde, não seria a melhor conduta, mas no momento tem sido uma alternativa utilizada para atenuar tal deficiência na formação. No entanto, essa não é uma realidade de todas as instituições de Ensino Superior, o que pode contribuir para que uma parcela dos profissionais não se sinta seguros em abordar a temática em questão

bem como afirmar se são capazes ou não de prestar uma assistência ou cuidado adequado a uma pessoa transexual como foi observado na atividade desenvolvida.

Por outro lado, torna-se pertinente ressaltar que o currículo por se só não será capaz de preparar o profissional para atuar em um contexto social e de saúde de um país heterogêneo como o Brasil que é repleto de injustiças sociais, e que, por sua vez, requer ações individuais e coletivas constantes na redução das desigualdades relativas à saúde das populações LGBT e tantas outras populações que vivem em condições de vulnerabilidade.

Desse modo, Santos et al., (2015), pontuam que é necessário “considerar a atuação profissional baseada na bioética principialista¹ como forma de superação de juízos de valor por parte dos profissionais da saúde, contribuindo para ações que propiciem um desempenho voltado para a obtenção da integralidade da assistência”. Nesse aspecto, Ferreira e Jardim (2015), afirmam que as questões acerca dos transexuais, devido abarcarem aspectos jurídicos, médicos e sociais, torna-se um campo favorável para ser explorado pela bioética, vez que através dela pode-se vislumbrar um futuro menos opressor à essas pessoas.

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBT defende ações concretas que favoreçam a humanização, o respeito sem preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde e em todas as esferas de gestão do SUS, bem como redução das desigualdades e construção de mais equidade no SUS (BRASIL, 2008; BRASIL, 2011), no entanto, se os principais atores que possibilitam a implementação da política não se despirem de tais condutas preconceituosas resignificando suas práticas, bem como buscando leituras complementares à sua formação, não ocorrerá mudanças significativas como se propõe.

O preconceito ou desinformação presentes nos serviços de saúde, manifestam-se na falta de integralidade no atendimento, culpabilização da/o usuária/o por adquirir alguma doença, desconsideração do nome social para atendimento às travestis e não reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos desta população, entre outras (BITTENCOURT; FONSECA; SEGUNDO, 2014).

No que refere aos direitos das pessoas trans, Bergesch e Chemin (2009), afirmam que mesmo existindo as pessoas com doenças graves e que necessitem de tratamentos mais urgentes do SUS não se pode negar de forma alguma o direito dos transexuais de obterem cobertura pelo sistema público de saúde, haja vista que estão protegidos (da mesma forma que os demais pacientes) pela Constituição e pela própria lei do SUS já que a realização das cirurgias de transgenitalização pelo SUS é uma forma de efetivação de seus direitos fundamentais constitucionais.

- Conhecimentos Pertinentes Sobre o uso do nome Social

O Ministério da Saúde implementou, através da Portaria nº 1820/2009, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS. Tal documento garante a todo cidadão e cidadã o direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação e de terem em seus documentos de identificação, como prontuários, um campo a ser preenchido com o nome pelo qual o usuário deseja ser chamado (BRASIL, 2009).

E a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais pela portaria nº 2.836/11 do Ministério da Saúde, estabelece o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, as unidades de saúde são, muitas vezes, identificadas pelas próprias travestis ou mulheres e homens transexuais como ambientes discriminatórios e, via de regra, a procura por assistência ocorre em situações de emergência e, de forma geral, em casos graves e quando profissionais de saúde têm contato com pessoas transsexuais, no ambiente de trabalho, estes ainda não sabem tratar o usuário de maneira respeitosa e acolhedora. Conforme afirmam Lionço (2009) e Rocon et al. (2016), tais normativas não se fazem uma rotina devidamente aceita no trabalho dos profissionais da saúde, tornando um impeditivo à garantia do acesso universal à saúde por esses usuários.

Sendo assim, pontua-se que o nome social é um símbolo que traz a significação de uma mudança que perpassa a transformação corporal, vem conjuntamente com os mais variados sentidos da feminilidade ou masculinidade que atuam na representação do gênero. Nesse sentido, o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador se configuram como principais limitações no acesso ao sistema de saúde (ROCON et al., 2016).

- Desafios dos profissionais de Saúde e das Pessoas transexuais Versus Opressões e adoecimento

Enquanto nas categorias anteriores apresentou-se constatações de lacunas no conhecimento dos discentes, aqui evidencia-se as dificuldades levantadas por parte dos profissionais da saúde em lidar com a assistência à população LGBT, e o sofrimento enfrentado pela pessoa transexual nos serviços de saúde e na sua vida cotidiana devido os elementos reforçadores de diversas opressões.

A falta da procura de transexuais aos serviços de saúde, é frequentemente atribuída ao medo da discriminação, preconceito e opressão, o que acarreta inúmeras dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans nos serviços oferecidos no SUS, evidenciando o desrespeito ao nome social, a trans/travestifobia como obstáculo à busca de serviços de saúde e causas dos abandonos de tratamentos de saúde já em andamento (ROCON et al., 2016).

Observou-se no cenário das pessoas transexual, grande luta por aceitação da sociedade, que não a reconhece como homem por não exercer o que se caracteriza como papel de uma figura masculina, mas também não a ver como uma mulher por não ter nascido com o sexo feminino, ou seja, a definição de homem e mulher que ainda se tem é bastante voltada para os caracteres sexuais, desse modo, não considerando as questões de gênero. Para Pereira e Mussi (2020), é preciso sempre tratar os sujeitos a partir das suas singularidades, haja visto que mesmo quando residem em igual localidade e possui a mesma identidade étnica, cada um tem determinada particularidade que precisa ser considerada, e é a

visão holístico que vai garantir o melhor cuidado aos indivíduos, pois quando ocorre a fuga dessa perspectiva de tratamento amplia-se a possibilidade de contribuir com o adoecimento das pessoas.

Há uma grande possibilidade de adoecimento do público LGBT, devido às diversas formas de violência e de exclusão que a sociedade exerce sobre eles, dessa maneira, os colocando frente à solidão cotidianamente e risco de desenvolver graves problemas psicológico. Esses tipos de opressões, que por sua vez ocorrem de forma simultânea, abrem leque para inclusão de um debate pautado na teoria da interseccionalidade. Essa teoria pauta que as injustiças e desigualdades sustentam-se em uma base multidimensional de maneira que opressões como racismo, sexismo, classismo, xenofobia, homofobia, transfobia, entre outros, interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos, refletindo diretamente no cotidiano dos indivíduos que são oprimidos e discriminados nas instituições de saúde.

Destarte, o direito aos diversos procedimentos em saúde e à assistência propriamente dita deve ser garantido sobre a luz do princípio da igualdade, considerando as diferentes realidades populacionais. Entretanto, na prática isso não acontece, pois, o acesso dificultado à determinados procedimentos têm gerado iniquidades dentro do Sistema de Saúde.

Nesse aspecto, foi abordado que o público LGBT tem cada vez mais assumido a prática da automedicação, ou seja, a hormonioterapia sem acompanhamento médico, o que causa prejuízos à saúde de grande parte das pessoas transexuais e travestis. Vale enfatizar que tal comportamento adotado, surge pela busca por um estereótipo imposto pela sociedade, na perspectiva de manter a lógica da normatividade, ou seja, busca-se essa alternativa, na tentativa de alcançar uma maior aceitação (SAMPAIO, 2012).

Nesse sentido, nota-se que existem vários fatores que são determinantes para adoecimento da população LGBT, porém os (as) transexuais e os (as) travestis estão mais vulneráveis ao uso inadequado e indiscriminado de hormônios sem orientação médica, visto, portanto, como um agravante das condições de saúde. Assim, a postura profissional sendo opressora vai refletir diretamente para o afastamento desse público dos serviços de saúde que na maioria das vezes é o setor público.

Segundo Pereira, Mussi e Rocha (2020), o SUS emerge como instrumento que busca a universalização do acesso e utilização aos serviços de saúde. Então a partir dessa concepção é imprescindível ressaltar que o atendimento deve ser ofertado à toda população e essa oferta não deve nunca fugir do acolhimento humanizado, pois a adoção dessa política poderá ampliar a procura pelo atendimento médico pelos transexuais que ainda encontram-se distanciados da rede assistencial.

Diante dessa realidade é necessário haver educação em Saúde e ampliação do vínculo (profissional/paciente) não apenas nos serviços de alta complexidade, onde principalmente ocorre a terapêutica de transgenitalização, mas principalmente nos serviços de baixa complexidade (Atenção primária), que é onde mais incentiva hábitos de promoção da saúde e prevenção de doenças. Nesse contexto, é preciso considerar que o processo de ensino aprendizagem em saúde exige a participação ativa em múltiplas perspectivas, mas um aspecto que é primordial é o respeito as características socioculturais (MUSSI; CARDOSO; FIGUEIREDO, 2019).

No que tange ao campo profissional, detectou inúmeras dificuldades voltadas para o atendimento aos transexuais, evidenciou que esses não sentem preparados para realizar uma assistência de forma espontânea, segura e acolhedora, revelando assim que o despreparo e dificuldade de lidar com as realidades referentes à transexualidade é algo considerado como novo, portanto, desestabilizador na prática assistencial mesmo quando o profissional não assume uma postura preconceituosa e opressora.

Não foi possível realizar uma análise mais aprofundada na discussão dos profissionais e das pessoas transexuais sobre os desafios que estes enfrentam no contexto do SUS, devido lacuna existente na literatura nacional e internacional sobre a temática e pelo próprio formato da pesquisa que é um relato baseado em anotações. Ademais o estudo traz os resultados a partir das visões dos mediadores e dialoga com poucas pesquisas existentes, no entanto, a forma contextualizada e crítica de apresentar os dados permitiu que as limitações destacadas fossem atenuadas.

Considerações

O estudo evidenciou a necessidade de ampliar esse assunto no âmbito do SUS associado à teoria da Interseccionalidade e da bioética principialista através de algum componente curricular dos cursos de saúde, por considerar que a população LGBT vem distanciando dos serviços de promoção da saúde muitas vezes devido a postura opressora, preconceituosa e discriminatório de alguns profissionais e da sociedade como todo. Destarte, a pesquisa chama atenção para o despertar dos profissionais de saúde para o empreendimento de práticas de cuidado ética, acolhedora, humanizada, livre de discriminação e preconceito e que contemple os princípios do SUS.

Ademais pondera-se que o desenvolvimento desse relato foi de extrema relevância pois, permitiu a partilha de saber, bem como a disseminação das discussões sobre a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, as opressões ainda presentes na saúde e os desafios da formação e da atuação profissional.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 457/SAS**, de 19 de agosto de 2008. Regulamenta o Processo Transexualizador no SUS. Diário Oficial da União - Brasil. Brasília; 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 1.820**, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde – Brasil. Brasília; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)- Brasil**. Brasília; 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 04 maio 2017.

BENTO, B. Nome Social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BERGESCH, V.; CHEMIN, B. F. A cirurgia de transgenitalização e a concretização dos direitos fundamentais constitucionais. **Revista Destaques Acadêmicos**, v.1, n. 2, 2009.

BITTENCOURT, D.; FONSECA, V.; SEGUNDO, M. Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. **Conexões PSI**, v. 2, n. 2, p. 60-85, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM. Resolução CFM nº 1.955, de 12 de agosto de 2010. Diário oficial da União. 3 set 2010; Seção I, p. 109-10. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm. Acesso em 12 de abril de 2017.

FERREIRA, P. F. A. JARDIM, L.C. A cirurgia de transgenitalização e seus reflexos no direito. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 15, n. 2, p. 565-580, 2015.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v.19, n1, p. 43-63, 2009.

LOUIE PONTO. Vídeo Qual é meu gênero? | louie ponto | especial dia da mulher. Youtube [internet]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LV7l13SZcw8>. Acesso realizado em 21 de Dez. 2018.

MUSSI, R. F. F.; CARDOSO, B. L. C.; FIGUEIREDO, A. C. M. G. Ensino e/em Saúde: diversidade das cenas educacionais. **Cenas Educacionais**, v.2, n.1, p.11-13, jan./jun. 2019.

MUSSI, R. F. F. et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.414 - 430, 2019.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v.17, n.48, p.1-18, 2021.

PEREIRA, R.N.P; MUSSI, R.F.F. Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde pela população negra quilombola: uma análise bibliográfica. **Revista ODEERE**, v.5, n.10, p.280-303, 2020.

PEREIRA, R. N. P.; MUSSI, R. F. F.; ROCHA, M. R. Acesso e utilização dos serviços de saúde por quilombolas contemporâneos baianos. **Revista ABPN**, v.12, n.31, p.449-469 2020.

RAMOS, R. L. S. Cirurgia de transgenitalização e adequação registral como mecanismos insuficientes de alcance da dignidade humana do transexual. **Dissertação** (Mestrado em ciências Jurídica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

REDEL, M. A Pedagogia do Salto Alto: Histórias de Professoras Travestis e Transexuais na Educação Brasileira. **Dissertação** (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98604>. Acesso em 13 de maio de 2019.

ROCON, P.; et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.8, p.2517-2525, 2016.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. Transsexuality: psychological characteristics and new demands on the healthcare sector. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.42, p.637-49, 2012.

SANTOS, A. R. et al. Implicações bioéticas no atendimento de saúde ao público LGBTT. **Rev. bioét.**, v.23, n.2, p.400-408, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/g6pWC7XH6sf5yvB6HdZL5ss/?lang=pt&format=pdf>
Acesso realizado em 13 de maio de 2017.

ⁱ A bioética principialista direciona a conduta humana para o bem centrando em quatro princípios fundamentais que são: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça